Rádio Moçambique. E.P.

Demonstrações Financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2020

ÍNDICE

	Páginas
Declaração de Responsabilidade pelo Conselho de Administração	1
Relatório do Auditor Independente	2 – 4
Balanço	5
Demonstração dos Resultados	6
Demonstração de Alterações no Capital Próprio	7
Demonstração de Fluxos de Caixa	8
Notas às Demonstrações Financeiras	9 – 34

Declaração de Responsabilidade dos Administradores

Os administradores da Rádio Moçambique, E.P, são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da entidade de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), que compreendem o Balanço, em 31 de Dezembro de 2020, a demonstração de resultados, a demonstração de variações de capital próprio, e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas.

Esta responsabilidade inclui: concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro; a selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas e o apuramento de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Os administradores são ainda responsáveis pela manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Rádio Moçambique, E.P tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para questionar a adopção deste pressuposto.

Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras da Rádio Moçambique, E.P., conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em ____ de Abril de 2021 e vão assinadas em seu nome, por:

RÁDIO MOÇAMBIQUE - E.P. MAPUTO

Abdul Naguibo Abdula
Presidente do Conselho de Administração

Virgínia Dombo
Administradora Financeira

Rua da Rádio Moçambique nº 2 • C. Postal 2000 Maputo • Tel.: +258 21 321 814 • Fax::+ 258 21 321 816 • Cell: +258 82 320 1880
Email: radiomocambique@rm.co.mz • Website: www.rm.co.mz

SOCIEDADE
DE AUDITORES
CERTIFICADOS, LDA

WBK – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.
Avenida Agostinho Neto, nº 731,
Maputo - Moçambique
Tel: (+258) 21423046,
Email:audit.consult@wbk.co.mz
www.wbkaudit.co.mz

Aos Membros do Conselho de Administração da
Rádio Moçambique, E.P.
Maputo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Rádio Moçambique, E.P**. (a Empresa), apresentadas nas páginas 5 a 34, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020, a Demonstração de resultados, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, bem como as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Rádio Moçambique, E.P, em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF).

Base de opinião com reservas

Não nos foi apresentada a base de informações a partir da qual a empresa Electricidade de Moçambique, E.P determina os valores da taxa de radiodifusão cobrada através das facturas de consumo de energia eléctrica e que transfere para a Rádio Moçambique, E.P através do Ministério de Economia e Finanças, e que serve igualmente de base de registos contabilísticos cujo montante ascende a 285 272 144 meticais. A nossa análise limitou-se na verificação dos recebimentos, e deste modo, não nos é possível concluir quanto a exactidão e totalidade destes registos nas demonstrações financeiras.

A empresa não apresentou uma actualização do estudo actuarial para avaliação das responsabilidades com o fundo de pensões e reforma dos trabalhadores da empresa registados no passivo cujo saldo a data de balanço esta avaliado em 1 479 744 515 meticais. O último estudo foi efectuado em 2018, e na ausência de actualização da avaliação destas responsabilidades, subsistem reservas quanto a se, os mesmos reflectem de forma adequada e em que expressão monetária, as responsabilidades com os pensionistas e reformados da Rádio Moçambique, E.P.

Independência

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de

Ética promulgado pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), órgão da IFAC – *International Federation of Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Outras matérias

A Empresa reexpressou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, por forma a reflectir no período correcto, o registo de vários ajustamentos relacionados com o saneamento de dividas de fornecedores, reversão de imparidades excessivas devido a imprecisão nas estimativas e reconhecimento de gastos diversos. Nestas circunstâncias, os saldos comparativos foram alterados em 83 394 742 meticais, dos quais 90 747 407 meticais e 15 846 693 meticais foram reconhecidos no balanço como valores passivos, com reflexos nos fundos próprios e na demonstração de resultados, e 8 494 028 meticais foram reconhecidos no balanço como valores a receber, com reflexo na demonstração de resultados, rubrica de Imparidade de contas a receber.

A Empresa apresenta capitais próprios negativos de 1 035 217 162 meticais em 31 de Dezembro de 2020, embora o objecto da Rádio Moçambique, E.P seja de prestar um serviço público, mas porque as suas demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os princípios previstos no Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), nas condições em que as demonstrações financeiras se encontram não cumprem com o princípio de continuidade das suas operações, estando dependente do continuo suporte ou financiamento do orçamento do Estado através do Ministério de Economia e Finanças.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), e pelo controlo interno que ela determine ser necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidade do Auditor pela Auditor das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos cepticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pela Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade de Empresa continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que a Empresa descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos à Administração, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

WBK Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Firma de Auditoria Registada 24/SCA/OCAM/2020, representada por:

Baptista Bota
Audit Partner
Auditor Certificado 38/CA/OCAM/2012

Maputo, 22 de Abril 2021

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Balanço

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em Meticais)

	Notas	2020	2019 Reexpresso
Activos			
Activos não correntes		**477,365,993**	**500,630,471**
Activos tangíveis	8	475,255,885	499,075,601
Activos intangíveis	9	1,510,108	954,870
Investimento financeiro	10	600,000	600,000
Activos correntes		**148,117,920**	**107,695,961**
Clientes	11, 31	20,058,509	15,738,071
Outros activos financeiros	12	5,995,262	1,690,409
Outros activos correntes	13	52,997,048	40,990,843
Caixa e equivalentes de caixa	14	69,067,101	49,276,638
Total do activo		**625,483,913**	**608,326,432**
Capital próprio e passivo			
Capital próprio	**15**	**(1,035,217,162)**	**(1,170,699,701)**
Capital social		121,999,382	121,999,382
Reservas		208,723,723	208,723,723
Resultados transitados		(1,501,422,806)	(1,634,095,802)
Resultado líquido do período		135,482,539	132,672,996
Passivos não correntes		**1,361,187,524**	**1,483,790,443**
Provisões	16	1,337,657,127	1,483,790,443
Empréstimos obtidos	18	23,530,397	-
Passivos correntes		**299,513,551**	**295,235,690**
Provisões	16	142,087,388	137,464,489
Fornecedores	17, 31	8,789,361	20,168,881
Empréstimos obtidos	18	1,752,245	29,901,000
Outros passivos financeiros	19	82,061,043	68,081,187
Impostos a pagar	20	57,360,894	34,487,117
Outras contas a pagar	21	7,462,620	5,133,016
Total do passivo		**1,660,701,075**	**1,779,026,133**
Total do passivo e capital próprio		**625,483,913**	**608,326,432**

RÁDIO MOÇAMBIQUE - E.P MAPUTO

Virgínia Dombo
Administradora Financeira

Manuel F. Muchanga
Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Demonstração de Resultados

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em Meticais)

	Notas	2020	2019 Reexpresso
Venda de bens e prestação de serviços	22	127,287,589	67,721,690
Custos com o pessoal	23	(507,957,520)	(539,881,722)
Fornecimentos e serviços de terceiros	24, 31	(140,898,498)	(177,372,298)
Amortizações	8	(46,061,149)	(49,810,571)
Imparidade de contas a receber	11, 34	(4,268,063)	2,523,051
Outros ganhos e perdas operacionais	25, 31	715,680,614	836,892,287
Resultado operacional		**143,782,973**	**140,072,437**
Rendimentos financeiros	26	1,614,606	2,093,960
Gastos financeiros	27	(9,915,040)	(9,493,401)
Resultado antes de imposto		**135,482,539**	**132,672,996**
Imposto sobre o rendimento	28	-	-
Resultado líquido do exercício		**135,482,539**	**132,672,996**

Virginia Dombo
Administradora Financeira

Manuel F. Muchanga
Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Demonstração de Alteração no Capital Próprio

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em Meticais)

	Capital social	Reservas	Resultado líquido do período	Resultados acumulados	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	**121,999,382**	**601,666,091**	**(6,066,173)**	**(2,020,971,997)**	**(1,303,372,697)**
Movimentos em reservas					
Transferências	-	(392,942,368)	6,066,173	386,876,195	-
Resultado líquido do período	-	-	132,672,996	-	132,672,996
Resultado absoluto do período	-	(392,942,368)	138,739,169	386,876,195	132,672,996
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**121,999,382**	**208,723,723**	**132,672,996**	**(1,634,095,802)**	**(1,170,699,701)**
Movimentos em reservas					
Transferências	-	-	(132,672,996)	132,672,996	-
Resultado líquido do período	-	-	135,482,539	-	135,482,539
Resultado absoluto do período	-	-	2,809,543	132,672,996	135,482,539
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**121,999,382**	**208,723,723**	**135,482,539**	**(1,501,422,806)**	**(1,035,217,162)**

RÁDIO MOÇAMBIQUE MAPUTO

Virgínia Dombo
Administradora Financeira

Manuel F. Muchanga
Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Demonstração de Fluxos de Caixa

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em Meticais)

Fluxos de caixa das actividades operacionais	Notas	2020	2019 Reexpresso
Resultado líquido do exercício		**135,482,539**	**132,672,996**
Ajustamentos ao relativos a:			
Amortizações	8	46,061,149	49,810,571
Imaparidades	11,31	4,268,063	(2,523,051)
Juros e similares (líquido)	26,27	8,300,434	7,399,442
Menos valias na venda de activos tangíveis e intangíveis	8	2,887,603	-
Movimento nas provisões	16	(141,510,417)	(116,738,633)
Aumento de clients	11,31	(8,588,501)	(9,084,253)
Aumento de outros activos financeiros	12	(4,304,853)	964,407
Aumento de outros activos correntes	13	(12,006,205)	(4,121,555)
Diminuição de fornecedores	17,31	(11,379,520)	(112,475,003)
Aumento de outros passivos financeiros	19	13,979,856	44,254,941
Aumento de outras contas a pagar	20,21	25,203,381	8,414,960
Fluxo de caixa gerado nas actividades operacionais		**58,393,529**	**(1,425,178)**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	8,9	(25,684,274)	(12,425,647)
Fluxo de caixa usado das actividades de investimento		**(25,684,274)**	**(12,425,647)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	18	30,000,000	-
Juros e ganhos similares	26	1,614,606	2,093,960
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	18	(34,618,358)	(97,848)
Juros e perdas similares	27	(9,915,040)	(9,493,402)
Fluxo de caixa usado nas actividades de financiamento		**(12,918,792)**	**(7,497,290)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa		19,790,463	(21,348,114)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		49,276,638	70,624,753
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	14	**69,067,101**	**49,276,638**

RÁDIO MOÇAMBIQUE - E.P. MAPUTO

Virgínia Dombo
Administradora Financeira

Manuel F. Muchanga
Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

IDENTIFICAÇÃO

Designação da entidade:	Rádio Moçambique, EP
Sede:	Rua da Rádio nº2
Natureza da actividade:	Prestação de serviços públicos de radiodifusão sonora bem como as respectivas actividades subsidiárias, complementares e de natureza comercial
Data de constituição:	02 de Outubro de 1975
Número único da entidade legal:	Decreto no.16/75; Decreto 18/94
Designação da empresa:	Rádio Moçambique, EP
Sede da empresa:	Maputo – Moçambique
Conselho de Administração:	Abdul Naguibo Abdula (Presidente do conselho de administração) Virgínia Matilde Dombo (Administradora) António Barros (Administrador) Jeremias Ângelo Jeremias (Administrador) Damião Salatiel (Administrador)

1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2020, foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). Na preparação das demonstrações financeiras, foram igualmente seguidos os princípios de acréscimos e da continuidade das operações.

2. Mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas na base do custo histórico, exceptuando alguns activos fixos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados ao justo valor.

3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional da empresa. Toda a informação financeira apresentada em Meticais foi arredondada para a unidade do Metical mais próxima.

4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gerência faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas e dos valores reportados em activos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As estimativas são efectuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões às estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista e em todos os períodos futuros que a revisão vier a afectar.

4.1 Imparidade de clientes e contas a receber

A Empresa reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir a necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais, nomeadamente para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas baseiam-se em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas. O Conselho de administração da Rádio Moçambique é da opinião que, a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma razoável o risco associado à sua carteira de clientes.

4.2 Estimativa de vida útil e valores residuais

O gasto relativo às amortizações do período é obtido depois da determinação da vida útil esperada e do valor residual esperado de um activo. O aumento da vida útil e do valor residual estimado resultaria num gasto de amortizações reduzido na demonstração de resultados. A estimativa da vida útil é baseada em certos indicadores tais como a experiência histórica com activos similares bem como a antecipação de eventos futuros, os quais podem afectar a sua vida, tais como as mudanças na tecnologia. A vida útil dependerá também do futuro desempenho dos activos assim como do julgamento da Administração sobre o período ao longo do qual os benefícios económicos serão obtidos do activo. A administração da Empresa avalia continuamente as estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis.

4.3 Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

A administração efectua um teste anual de imparidade para os activos tangíveis e intangíveis sempre que existam factos ou circunstâncias que indiciem que a sua quantia escriturada excede o valor recuperável. O teste de imparidade é uma área que envolve o julgamento da Administração, exigindo uma avaliação sobre se o valor escriturado dos activos pode ser suportado pelo montante mais alto entre o justo valor menos custos para vender e o valor de uso. A Empresa usa entidades externas com o conhecimento necessário para determinar o justo valor menos custos para vender dos seus activos.

5. Principais políticas contabilísticas

5.1 Benefícios dos empregados

As responsabilidades da Rádio Moçambique, EP por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas anualmente com base em avaliações actuariais, levadas a cabo por peritos independentes. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e pensões, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa da Rádio Moçambique, EP e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Devido à natureza de longo prazo destes planos, tais estimativas estão sujeitas a uma incerteza significativa.

As contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), um plano de contribuição definida que todas as empresas moçambicanas são, por lei, obrigadas a fazer, são baseadas numa percentagem dos salários e são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados conforme forem incorridas.

5.2 Provisões

Princípio geral

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Rádio Moçambique, E.P têm uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que a empresa prevê obter de um contrato são inferiores ao custo que a empresa irá, inevitavelmente, incorrer para cumprir as suas obrigações ao abrigo desse contrato. A provisão é medida tomando-se como base o valor actual do custo mais baixo previsto para terminar o contrato e o custo líquido previsto para continuar o contrato. Antes de uma provisão ser constituída, a empresa reconhece todas as perdas por imparidade nos activos associados a esse contrato.

5.3 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado de acordo com a legislação fiscal em vigor (A taxa em vigor são 32%), tomando-se por base os resultados reportados na demonstração de resultados da empresa após ajustamento para efeitos fiscais e é reconhecido em resultados. O imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas legisladas ou substantivamente legisladas à data das demonstrações financeiras, incluindo quaisquer ajustamentos de períodos anteriores.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido usando o método do balanço em resultado de diferenças temporárias tributáveis entre as quantias escrituradas dos activos e passivos para propósitos de relato financeiro e os valores dos activos e passivos usados para efeitos fiscais.

5.4 Moedas estrangeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, as transacções em moedas estrangeiras são registadas, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção. No final de cada período de relato, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Os itens não monetários mensurados ao justo valor em moeda estrangeira são convertidos ao câmbio da data em que o justo valor tiver sido determinado. Os itens não monetários mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira não são reconvertidos.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados.

5.5 Rédito

Todo o rédito da empresa provém da prestação de serviços.

- Rédito é reconhecido quando o desfecho das transacções pode ser adequadamente estimado e quando é provável que os benefícios económicos associados à transacção irão fluir para a empresa;
- Os proveitos são reconhecidos nos períodos contabilísticos em que os serviços são prestados. O reconhecimento do proveito nesta base proporciona informação útil sobre a extensão da actividade de serviço e desempenho durante um período;
- Os critérios de reconhecimento de rédito são aplicados separadamente a cada transacção;
- O Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber;
- Quando há um deferimento a diferença entre o valor nominal e o justo valor é reconhecida como juro.

Reconhecimento do Rédito

Serviço de Publicidade

A receita representa o valor a receber pelos serviços prestados no decurso normal do negócio, líquido de IVA e são reconhecidos na base do princípio de especialização de exercícios.

Dotação do Orçamento Geral do Estado

A receita representa valores transferidos pelo Ministério das Finanças para financiar o serviço público de radiodifusão e são reconhecidas na base de caixa.

Taxa de Rádio

A receita representa valores transferidos pela Direcção Nacional do Tesouro para a Rádio de Moçambique, referente a taxa de rádio e valores cobrados pela Rádio Moçambique e são reconhecidas na base do princípio de especialização de exercícios.

Receita de Juro

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juro efectiva.

5.6 Custo de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que ocorrerem.

Os custos resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos tangíveis são imputados a activos fixos tangíveis em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos, até à entrada em funcionamento dos mesmos, sendo os restantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos directamente relacionados com o financiamento de activos fixos tangíveis em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

5.7 Subsídios Governamentais

Os subsídios do Governo, incluindo subsídios não-monetários são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe segurança razoável de que:

- os subsídios serão recebidos; e
- que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

5.8 Activos tangíveis

São reconhecidos como activos tangíveis itens tangíveis que:

i. Sejam detidos para uso na actividade principal da empresa (prestação de serviços de aviação e de não aviação);

ii. Se espera que sejam usados durante mais do que um período.

O custo de um item de activo tangível é reconhecido como activo se, e apenas se:

i. For provável que futuros benefícios económicos associados ao item fluirão para a entidade; e

ii. O custo do item puder ser mensurado fiavelmente.

Mensuração inicial dos activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo. Se o pagamento for diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro durante o período de crédito a não ser que esse juro seja reconhecido na quantia escriturada do item de acordo com o tratamento alternativo permitido na NCRF 27-Custo de Empréstimos Obtidos. O custo de um item do activo tangível compreende:

i. O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e

ii. Quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela RM, E.P.

O custo dos activos de construção própria inclui o custo dos materiais e do trabalho directo, e todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de executar o trabalho para o qual o mesmo se destina, e os custos de demolição e remoção dos itens e de restauração do sítio em que os mesmos estão localizados. O "software" adquirido que seja parte integrante e concorra para a funcionalidade do respectivo equipamento é capitalizado como parte do equipamento.

Nos casos em que partes de um item de propriedade, instalações e equipamento tiverem tempos de vida útil diferentes, os mesmos são contabilizados como itens de propriedade, instalações e equipamento separados.

Mensuração subsequente dos activos tangíveis

Os custos de substituir parte de um item de propriedade, instalações e equipamento são reconhecidos no valor contabilístico do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados em parte desse item fluirão para a empresa e o seu custo puder ser medido de forma fiável. Os custos diários com a prestação de serviços de manutenção de activos tangíveis são reconhecidos na demonstração de resultados conforme forem incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os activos tangíveis são mensurados ao custo, com a excepção dos activos directamente relacionados com a actividade principal da empresa e edifícios que são revalorizados.

Depreciações

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo de aquisição, pelo método das quotas constantes a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão, durante a vida útil estimada de cada activo.

As vidas úteis dos principais activos tangíveis constam da tabela abaixo:

Item	Vida útil (anos)
Edifícios	50
Viaturas	5 – 8
Outros equipamentos de radiofusão	5 – 10
Mobiliário de escritório	7 – 8
Equipamento informático e software	3

Os activos em locação financeira são amortizados durante a sua vida útil na mesma base que outros activos pertencentes a Empresa ou durante a duração do contrato de locação caso seja mais curta.

O valor residual dos activos fixos tangíveis é a quantia estimada que se obteria correntemente pela sua alienação, após dedução dos custos estimados de alienação, se o activo já tivesse a idade e as condições esperadas no final da sua vida útil.

A estimativa das vidas úteis, o método de amortização e os valores residuais são revistos anualmente.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados.

Modelo de Revalorização

A Rádio Moçambique, EP. aplica o modelo de revalorização para as seguintes categorias de activos tangíveis:

- Edifícios;
- Viaturas.

Após o reconhecimento como um activo estes itens são escriturados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações são feitas regularmente para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente do justo valor.

Se a quantia escriturada de um activo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é creditado directamente no capital próprio como excedente de revalorização. Contudo, o aumento deve ser reconhecido na demonstração de resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo previamente reconhecido na demonstração de resultados. Se a quantia escriturada de um activo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida na demonstração de resultados. Contudo, a diminuição deve ser debitada directamente na conta de excedente de revalorização no capital próprio até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse activo.

Sempre que se optar pelo modelo de revalorização, os activos duma determinada categoria devem ser revalorizados todos eles. As revalorizações selectivas não são permitidas.

5.9 Activos tangíveis de investimento

Activos tangíveis de investimento é a propriedade detida (pelo proprietário ou pelo locatário numa locação financeira) para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades Rádio Moçambique, EP. administrativas, ou venda no curso ordinário do negócio.

Os activos tangíveis de investimento são reconhecidas como um activo quando, e apenas quando:

i. For provável que os futuros benefícios económicos que estejam associados à propriedade de investimento fluirão para a empresa; e

ii. O custo do activo tangível de investimento possa ser mensurado fiavelmente.

Os activos tangíveis de investimento são mensurados inicialmente pelo seu custo. Os custos de transacção são incluídos na mensuração inicial.

Para o caso dos edifícios com múltiplas utilizações a classificação como propriedade de investimento ou como activo fixo tangível depende da proporção do espaço destinado para o uso próprio e para o arrendamento. Se o espaço destinado para o uso próprio for insignificante, o edifício é classificado como propriedade de investimento, caso contrário é classificado activo fixo tangível. Nos casos em que for possível separar e vender as partes do edifício em uso próprio independentemente das partes em aluguer, recomenda-se classificar tais partes como activos fixos tangíveis e propriedades de investimento separadamente.

A classificação de um activo como activo tangível de investimento ou como activo fixo tangível é revista todos os anos e caso tenha se verificado uma alteração o item é reclassificado.

Para a mensuração subsequente das propriedades de investimento a Rádio MOÇAMBIQUE E.P aplica o modelo do justo valor e as alterações no justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados do exercício em que ocorrerem.

5.10 Activos intangíveis

Reconhecimento inicial

Os activos intangíveis são reconhecidos se e apenas se:

i. É capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, activo ou passivo relacionado;

ii. Resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações;

iii. For provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo intangível fluam para a empresa;

iv. O custo do activo intangível possa ser fiavelmente mensurado.

Mensuração inicial

Um activo intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo de um activo intangível adquirido separadamente compreende:

i. O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;

ii. Qualquer custo directamente atribuível de preparação do activo intangível para o seu uso pretendido.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial os activos intangíveis são escriturados pelo seu custo menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados como requerido pela gestão. As taxas de amortização variam conforme a expectativa de uso do activo intangível.

5.11 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros compreendem os investimentos em capitais próprios, clientes e outros devedores, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e fornecedores e outros credores.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, mas, no caso dos instrumentos financeiros que não seja pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, os custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição.

Um instrumento financeiro é reconhecido se a empresa se tornar uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os activos financeiros deixam de ser reconhecidos se os direitos contratuais da empresa aos fluxos de caixa do activo financeiro expirarem ou se a empresa transferir o activo financeiro para uma outra parte sem reter o controlo ou, substancialmente, todos os riscos e prémios do activo. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos se as obrigações da empresa especificadas no contrato expirarem ou forem revogadas ou canceladas.

A seguir ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juro efectiva, deduzido das perdas por imparidade.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mantidos pelo custo e testados anualmente para imparidade e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, deduzido dos custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registada na demonstração de resultados.

Clientes e contas a receber

Os clientes e contas a receber são registadas pelo seu custo. Na data de cada balanço, este montante é deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, para que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros decorrentes da actividade operacional não vencem juros.

Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar decorrentes da actividade operacional são registadas pelo seu custo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, no balanço.

6. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Não existem mudanças nas políticas contabilísticas que tenham qualquer efeito nos valores comparativos, no entanto, os comparativos foram reexpressos por conta de diversos ajustamentos relativos ao período anterior, conforme detalhado na nota 31.

A Empresa prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as PGC-NIRF, cuja aplicação, muitas vezes, requer que a Administração efectue julgamentos quando formula a posição financeira e resultados da Empresa. Os julgamentos, incluindo os que envolvem estimativas, efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa são desenvolvidos abaixo. A Administração considera que estes julgamentos têm um efeito material sobre as demonstrações financeiras anuais.

A determinação de estimativas requer o exercício de julgamento com base nos vários pressupostos e outros factores como a experiência histórica, as condições económicas correntes e esperadas. Embora as estimativas sejam baseadas no melhor conhecimento da Administração sobre eventos correntes e das acções que poderá tomar no futuro, os resultados reais poderão ser diferentes dessas estimativas.

As estimativas contabilísticas bem como os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua.

A discussão abaixo deverá ser também lida em conjunto com a divulgação das principais políticas contabilísticas da Empresa, apresentadas no presente relatório.

7. Continuidade de operações

Em 31 de Dezembro de 2020 capitais próprios negativos de 1 035 milhões de Meticais (1 171 milhões de Meticais negativos em 2019). Esta condição pode resultar em uma incerteza material que pode lançar dúvidas sobre a capacidade da empresa de continuar operando, caso não seja capaz de aumentar o seu capital social e restruturar as suas operações. No entanto, as operações foram preparadas no princípio contabilístico de continuidade.

8. Activos tangíveis

2020	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Saldo final
Quantia bruta				
Construções	579,442,191	-	-	579,442,191
Equipamento	692,874,983	17,748,141	(7,845,144)	702,777,980
Mobiliário e Equip. Administrativo	216,839,925	7,316,134	-	224,156,059
	1,489,157,099	**25,064,275**	**(7,845,144)**	**1,506,376,230**
Depreciações				
Construções	(144,864,423)	(24,515,228)	-	(169,379,651)
Equipamento	(437,535,166)	(12,452,285)	4,957,541	(445,029,910)
Mobiliário e Equip. Administrativo	(407,681,909)	(9,028,875)	-	(416,710,784)
	(990,081,498)	**(45,996,388)**	**4,957,541**	**(1,031,120,345)**
	499,075,601			**475,255,885**

2019	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Saldo final
Quantia bruta				
Construções	579,442,191	-	-	579,442,191
Equipamento	686,816,001	6,058,982	-	692,874,983
Mobiliário e Equip. Administrativo	210,611,225	6,228,700	-	216,839,925
	1,476,869,417	**12,287,682**	**-**	**1,489,157,099**
Depreciações				
Construções	(120,349,195)	(24,515,228)	-	(144,864,423)
Equipamento	(421,587,869)	(15,947,297)	-	(437,535,166)
Mobiliário e Equip. Administrativo	(398,454,326)	(9,227,583)	-	(407,681,909)
	(940,391,390)	**(49,690,108)**	**-**	**(990,081,498)**
	536,478,027		**-**	**499,075,601**

9. Activos intangíveis

2020	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Quantia bruta			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	5,209,543	619,999	5,829,542
Amortizações			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	(4,254,673)	(64,761)	(4,319,434)
Quantia escriturada	**954,870**		**1,510,108**

2019	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Quantia bruta			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	5,141,112	68,431	5,209,543
Amortizações			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	(4,203,744)	(50,929)	(4,254,673)
Quantia escriturada	**937,368**		**954,870**

10. Investimento financeiro

O investimento financeiro corresponde a 33% das acções detidas na Empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão, SA. Este investimento está reconhecido ao custo.

11. Clientes

	2020	2019 Reexpresso
Clientes conta corrente	78,172,037	69,583,536
Perdas por imparidade	(58,113,528)	(53,845,465)
	20,058,509	**15,738,071**
Movimento da imparidade		
Saldo inicial	(53,845,465)	(60,961,524)
Reforço	(4,268,063)	(5,970,977)
Reversão do período	-	8,494,028
Utilização da provisão	-	4,593,008
Saldo final	**(58,113,528)**	**(53,845,465)**

A reexpressão dos comparativos deve-se a reversão do excesso de estimativa de imparidade de clientes no valor de 8.494.028 meticais criada em 2018, contudo, a reversão não foi registada em 2019.

12. Outros activos financeiros

	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	2,923,041	1,083,730
Adiantamentos ao pessoal	2,709,055	244,745
Outros devedores	150,974	150,974
Garantias de clients	212,192	210,960
	5,995,262	**1,690,409**

13. Outros activos correntes

	2020	2019
Pagamento especial por conta	467,499	367,499
Acréscimos de rendimento	47,461,516	35,886,177
Gastos diferidos	5,068,033	4,737,167
	52,997,048	**40,990,843**

Os acréscimos de rendimento correspondem a receita de taxa de rádio difusão cobrada pela EDM nos meses de Novembro e Dezembro de 2020 cuja entrada nos cofres da Rádio Moçambique ocorreu em 2021.

14. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Numerário	103,112	97,705
Depósitos a Ordem	48,083,989	24,148,933
Depósitos a Prazo	20,880,000	25,030,000
	69,067,101	**49,276,638**

O saldo de Bancos inclui dois depósitos a prazo no Millennium BIM nos montantes de MT 20 milhões, MT 850 mil e MT 30 mil, que vencem em 12/02/2021, 02/04/2021 e 11/9/2019 a taxa de juros de 9.5%%, 5% e 1.25% ao ano, respectivamente.

15. Capital próprio

	2020	2019 Reexpresso
Capital social	121,999,382	121,999,382
Reservas	208,723,723	208,723,723
Resultados transitados	(1,501,422,806)	(1,634,095,802)
Resultado líquido do exercício	135,482,539	132,672,996
	(1,035,217,162)	**(1,170,699,701)**

O capital social corresponde ao fundo de constituição e encontra-se realizado pelos valores que integram o património, sendo integralmente detido pelo estado.

O conselho de administração deliberou pela transferência do resultado do exercício de 2019 para resultados acumulados.

As reservas incluem reservas de investimento e exedentes de reavaliação. Estas reservas não são distribuíveis.

A reexpressão dos comparativos da rubrica de Capitais próprios no valor de 83,394,742 meticais esta relacionado com os seguintes ajustamentos:

(i) Saneamento da divida da Tmcel no valor 19,397,213 meticais com impacto positivo nos resultados de 2019;

(ii) Saneamento da divida da EDM no valor de 71,350,194 meticais com impacto positivo nos resultados de 2019 por pagamento encontro de contas via taxa de radiodifusão;

(iii) Diversas despesas não registadas no valor de 15,846,693 meticais com impacto negativo nos resultados de 2019; e

(iv) Excesso de estimativa de imparidade de clientes no valor de 8.494.028 meticais com impacto positivo nos resultados de 2019.

16. Provisões

As provisões correspondem ao fundo de pensões e férias por gozar da Rádio Moçambique e encontram-se detalhadas abaixo:

	2020	2019
Curto Prazo	142,087,388	137,464,489
Longo Prazo	1,337,657,127	1,483,790,443
	1,479,744,515	**1,621,254,932**
Saldo inicial	**1,621,254,932**	**1,737,993,565**
Reforço	867,128	19,487,085
Utilização	(142,377,545)	(136,225,718)
Saldo final	**1,479,744,515**	**1,621,254,932**
Decomposição do fundo de pensões:		
Responsabilidades passadas (i)	775,591,519	797,219,061
Responsabilidades vitalícias constantes (ii)	656,145,848	775,738,566
Provisões para férias	48,007,148	48,297,305
	1,479,744,515	**1,621,254,932**

(i) Refere-se à responsabilidade futura que a Rádio tem para com os beneficiários do sistema de pensões por velhice, pensão de invalidez e pensões de sobrevivência que abrange os 207 funcionários no activo vinculados no aparelho do Estado.

(ii) Corresponde a responsabilidade futura que a Rádio tem para com os beneficiários do sistema de pensões por velhice, pensão de invalidez e pensões de sobrevivência que abrange 247 funcionários reformados e 170 pensionistas de subsídio de sobrevivência.

A responsabilidade líquida corresponde ao valor actual estimado dos benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e passados. O valor do fundo de pensões foi determinado pela Seguradora Internacional de Moçambique e a sua actualização é feita de 5 em 5 anos. A próxima avaliação será feita em 2021.

17. Fornecedores

	2020	2019 Reexpresso
TMcel	5,121,788	1,827,774
Electricidade de Moçambique	-	13,818,705
Outros fornecedores	3,667,573	4,522,402
	8,789,361	**20,168,881**

A reexpressão dos comparativos da rubrica de fornecedores no valor de 74,900,714 meticais esta relacionado com os seguintes ajustamentos:

(i) Saneamento da divida da Tmcel no valor 19,397,213 meticais com impacto na redução do saldo da rubrica de fornecedores em 2019;

(ii) Saneamento da divida da EDM no valor de 71,350,194 meticais com impacto na redução do saldo da rubrica de fornecedores em 2019; e

(iii) Diversas despesas não registadas no valor de 15,846,693 meticais com impacto no aumento do saldo da rubrica de fornecedores em 2019.

18. Empréstimos obtidos

	2020	2019
Empréstimos obtidos	25,282,642	-
Descobertos bancários	-	29,901,000
	25,282,642	**29,901,000**
Curto Prazo	1,752,245	29,901,000
Longo Prazo	23,530,397	-
	25,282,642	**29,901,000**

O empréstimo bancário no valor de MT 30 milhões foi concedido pelo Millennium BIM em Abril de 2020 para o reforço da tesouraria e conversão da conta corrente caucionada em conta empréstimo. O empréstimo vence em 06 de Abril de 2023 a uma taxa de Juro de 19.5%% ano.

19. Outros passivos financeiros

	2020	2019
Acréscimos de gastos	1,811,146	1,160,577
Credores diversos	61,849,977	54,066,470
Credores trabalhadores	10,456,396	9,017,655
Salários a pagar	7,943,524	612,560
Rendimentos diferidos	-	3,223,925
	82,061,043	**68,081,187**

20. Impostos a pagar

	2020	2019
Impostos retidos na fonte	52,250,872	30,921,287
Contribuições para INSS	2,975,419	3,290,342
Imposto pessoal autárquico	2,915	2,915
IVA a pagar	2,131,688	272,573
	57,360,894	**34,487,117**

O imposto retido na fonte inclui as retenções na fonte sobre os salários processados em 2019 e 2020 que não estão a ser liquidados devido aos problemas de tesouraria, tendo a empresa negociado com as autoridades fiscais moçambicana para liquidar parcialmente a partir de 2021.

21. Outras contas a pagar

	2020	2019
Adiantamento de clientes	7,462,620	5,133,016
	7,462,620	**5,133,016**

Os adiantamentos de clientes correspondem as prestações recebidas cujo serviço de publicidade ainda não ocorreu.

22. Venda de bens e prestação de serviços

	2020	2019
Anúncios e publicidade	85,891,100	44,880,809
Programas	39,641,438	22,357,749
Gravações	2,043,166	1,519,199
Amplificações sonoras	246,455	180,284
Outros proveitos	886,331	1,320,292
	128,780,490	**70,258,333**
Descontos e abatimentos	(1,420,901)	(2,536,643)
	127,287,589	**67,721,690**

23. Custos com o pessoal

	2020	2019
Remunerações dos trabalhadores	437,978,993	442,304,037
Provisão para férias	-	19,487,085
Ajudas de custos	14,288,300	48,216,754
Seguros de acidentes de trabalho	3,430,489	3,676,649
Encargos com remunerações	14,302,766	14,147,043
Outros gastos com o pessoal	37,956,972	12,050,154
	507,957,520	**539,881,722**

24. Fornecimentos e serviços de terceiros

	2020	2019 Reexpresso
Água e electricidade	32,520,560	30,351,959
Artigos para oferta	2,284,600	1,991,319
Combustíveis e lubrificantes	18,060,613	20,291,444
Comissões a intermediários	8,561,882	4,254,216
Comunicações	16,522,634	33,908,780
Contecioso e notariado	222,069	137,907
Deslocações e estadias	6,465,905	15,847,511
Despesas de representação	351,841	307,335
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2,920,577	1,306,962
Honorários	5,858,223	8,944,430
Limpeza, higiene e conforto	2,166,524	837,059
Manutenção e reparação	8,185,074	7,041,276
Material de escritório	3,864,070	4,188,193
Material de manutenção e reparação	10,021,850	7,909,525
Outros fornecimentos e serviços	12,074,131	13,857,188
Publicidade e propaganda	72,155	33,632
Rendas e alugueres	4,773,132	16,674,792
Royalties	560,000	515,000
Seguros	1,964,940	2,256,954
Trabalhos especializados	1,680,160	3,134,897
Transporte de carga	1,604,413	2,404,062
Transporte de pessoal	161,879	1,176,097
Vigilância e segurança	1,266	1,760
	140,898,498	**177,372,298**

A reexpressão dos comparativos da rubrica de fornecimentos e serviços de terceiros no valor de 15,846,693 meticais esta relacionado com o registo de diversas despesas não registadas em 2019, com destaque para custos com comunicações (facturas da Tmcel).

25. Outros ganhos e perdas operacionais

	2020	2019 Reexpresso
Rendimentos		
Subsídios para o funcionamento	366,877,585	329,441,137
Subsídio de Eleições	-	58,560,896
Taxas de rádio difusão finanças	287,710,396	249,664,996
Taxas de rádio difusão vinhetas	40,747,416	41,899,921
Donativos	16,134,563	19,810,800
Comparticipação de frequência	4,007,182	2,406,972
Serviços sociais	1,559,909	1,932,125
Abates de activos tangíveis	236,782	32,760
Aluguer de equipamento	26,160	405,371
Perdão de dívidas Tmcel	-	56,354,205
Encontro de contas e perdão de dívidas Electricidade de Moçambique	-	71,350,194
Outros ganhos	5,349,659	10,519,180
	722,649,652	**842,378,557**
Perdas		
Impostos e taxas	(4,507,904)	(4,983,988)
Outras perdas operacionais	(2,461,134)	(490,872)
Donativos ao estado	-	(11,410)
	(6,969,038)	**(5,486,270)**
	715,680,614	**836,892,287**

A reexpressão dos comparativos da rubrica de Outros ganhos e perdas operacionais no valor de 90,747,407 meticais esta relacionado com os seguintes ajustamentos:

(i) Saneamento da divida da Tmcel no valor 19,397,213 meticais com impacto na redução do saldo da rubrica de fornecedores em 2019; e

(ii) Saneamento da divida da EDM no valor de 71,350,194 meticais com impacto na redução do saldo da rubrica de fornecedores em 2019.

26. Rendimentos financeiros

	2020	2019
Diferenças cambiais não realizadas favoráveis	961,282	-
Diferenças cambiais realizadas favoráveis	107,550	-
Outros rendimentos financeiros	-	159,334
Juros de depósito a prazo	545,774	1,934,626
	1,614,606	**2,093,960**

27. Gastos financeiros

	2020	2019
Juros de mora e compensatórios	1,135,951	375,553
Despesas bancárias	1,658,649	2,320,708
Outros juros	7,069,195	6,483,822
Diferenças cambiais não realizadas desfavoráveis	-	44,864
Diferenças cambiais realizadas desfavoráveis	29,156	-
Outros gastos financeiros	22,089	268,454
	9,915,040	**9,493,401**

28. Imposto sobre o rendimento

	2020	2019 Reexpresso
Resultados antes de imposto	**135,482,539**	**49,278,254**
Variações patrimoniais posetivas não reflectidas no resultado	83,394,742	-
Temporárias		
Provisões de clientes acima dos limites fiscais	4,268,063	-
Reintegrações e amortizações não aceites fiscalmente	1,809,468	2,481,858
Diferenças de câmbio não realizadas	(961,282)	-
Permanentes		
Ajudas de custos (50%)	7,144,150	24,108,377
Combustíveis viaturas ligeiras (50%)	8,228,313	13,339,677
Manutenção e reparação viaturas ligeiras (50%)	5,802,086	-
Despesas de representação (80%)	281,472	245,868
Aluguer de viaturas sem condutor	126,175	-
Multas e penalidades	392,501	486,006
Lucro tributável	**245,968,227**	**89,940,040**
Prejuizos fiscais deduzidos	(5,472,556,995)	(5,562,495,035)
Prejuizos fiscais acumulados	**(5,226,588,768)**	**(5,472,554,995)**

A reexpressão dos comparativos da nota relativa aos Impostos sobre o rendimento no valor de 138,209,204 meticais deve-se ao alinhamento entre as demonstrações financeiras e o Modelo 22 submetido as Autoridades Fiscais em 2020.

As autoridades fiscais não confirmaram a aceitação dos processos de contas, cuja avaliação esteja à sua responsabilidade. Os referidos processos permanecem em aberto e estão sujeitos a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é da opinião que não irão resultar ajustamentos ou multas significativas no que respeita aos anos em aberto, caso os mesmos sejam sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

29. Gestão de risco, objectivos e políticas

A exposição aos riscos da moeda, crédito, liquidez e taxa de juro resulta no decurso normal do negócio da empresa. Os riscos da empresa são continuamente monitorados. Os instrumentos financeiros apresentados no balanço incluem os recursos de caixa, clientes, fornecedores e investimentos.

Nesta nota é dada informação a respeito da exposição da empresa a cada um dos riscos acima mencionados, dos objectivos da empresa, políticas e processos para medir e gerir o risco e do processo mediante o qual a Empresa realiza a gestão do seu capital.

O Conselho de Administração é inteiramente responsável por estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco da Empresa.

As políticas de gestão de risco da empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controlo de risco adequados e para controlar os riscos e a adesão aos limites. As políticas e sistemas de gestão de riscos são revistos periodicamente, por forma a reflectir as mudanças nas condições do mercado e nas actividades da empresa. A Empresa através da sua formação e das normas e procedimentos de gestão, procura desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual os empregados compreendam as suas funções e obrigações.

O Conselho Fiscal da Empresa supervisiona como a gerência monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco da Empresa e analisa a adequação da estrutura de gestão de risco, em relação aos riscos enfrentados pela Empresa. O Conselho Fiscal da Empresa é assistido, no seu papel de supervisão, pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna leva a efeito as revisões periódicas e as revisões ad hoc dos controles e procedimentos de gestão de risco e comunica os resultados ao Conselho Fiscal.

29.1 Risco de Mercado

O risco do mercado é o risco das alterações no mercado, tais como alterações na taxa de câmbio e de juros afectarem as receitas da empresa ou os valores dos seus instrumentos financeiros. O objectivo da gestão de risco é gerir e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo optimizando o retorno sobre o risco.

29.2 Gestão do risco de capital

A estrutura do capital da Empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A Empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado como a relação entre a dívida líquida e o capital próprio ajustado.

	2020	2019 Reexpresso
Rácio de alavancagem		
Passivos totais	1,660,701,075	1,779,026,133
Caixa e equivalentes de caixa	69,067,101	49,276,638
Dívida líquida	**1,591,633,974**	**1,729,749,495**
Capitais próprios	**(1,035,217,162)**	**(1,170,699,701)**
Rácio de alavancagem	(154%)	(148%)

A reexpressão dos comparativos dos passivos totais no valor de 74,618,922 meticais esta relacionado com os seguintes ajustamentos:

(i) Saneamento da divida da Tmcel no valor 19,397,213 meticais com impacto na redução do saldo da rubrica de fornecedores em 2019;

(ii) Saneamento da divida da EDM no valor de 71,350,194 meticais com impacto na redução do saldo da rubrica de fornecedores em 2019;

(iii) Diversas despesas não registadas no valor de 15,846,693 meticais com impacto no aumento do saldo da rubrica de fornecedores em 2019; e

(iv) Erro de somatório de 281,792 meticais em 2019 com impacto na redução do total de passivos em em 2019.

A reexpressão dos comparativos da rubrica de capitais próprios no valor de 83,394,742 meticais esta relacionado com os seguintes ajustamentos:

(i) Saneamento da divida da Tmcel no valor 19,397,213 meticais com impacto positivo nos resultados de 2019;

(ii) Saneamento da divida da EDM no valor de 71,350,194 meticais com impacto positivo nos resultados de 2019 por pagamento encontro de contas via taxa de radiodifusão;

(iii) Diversas despesas não registadas no valor de 15,846,693 meticais com impacto negativo nos resultados de 2019; e

(iv) Excesso de estimativa de imparidade de clientes no valor de 8.494.028 meticais com impacto positivo nos resultados de 2019.

29.3 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da Empresa face ao risco da taxa de juro prende-se aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política da Rádio Moçambique E.P. passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

A gestão não divulgou os feitos que as alterações das taxas de juro teriam sobre as suas demonstrações financeiras por considerar o seu efeito imaterial sobre as contas.

29.4 Risco de taxa de câmbio

A Empresa incorre em riscos, como resultado da aquisição de bens e serviços, da cobrança de taxas e da contratação de empréstimos em moeda estrangeira. As moedas em que a empresa transacciona e que dão origem ao risco cambial são o Dólar norte-americano e o Rand sul-africano. Sempre que possível. A Empresa procura atenuar o efeito do risco cambial contratando empréstimos em meticais. Na data do balanço o efeito das alterações nas taxas de câmbio não tem efeitos materiais sobre as contas.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira no final do ano foram as seguintes:

	2020	2019
USD	74.90	61.47
ZAR	5.09	4.28

29.5 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Rádio Moçambique E.P. incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de credito. As avaliações de carteira de crédito são realizadas periodicamente com a intenção de identificar e resolver potenciais riscos de cobrança. A Administração está a tratar esta área como uma área de foco prioritária devido ao seu impacto nos fluxos de caixa da empresa. A máxima exposição ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico de cada activo financeiro no balanço.

A exposição máxima da Empresa ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2020 está detalhada abaixo:

Vencido/sector	Governo	Financeiro	Entidades públicas	Outras entidades	Total
2020					
0 a 60 dias	2,143,113	3,214,736	2,910,198	9,564,975	17,833,022
60 a 120 dias	4,079,092	-	103,144	4,879,242	9,061,478
120 a 180 dias	2,526,961	-	121,216	574,582	3,222,759
Mais de 180 dias	17,232,348	395,546	4,358,419	26,068,465	48,054,778
Total	**25,981,514**	**3,610,282**	**7,492,977**	**41,087,264**	**78,172,037**
Imparidade	(22,215,633)	(410,806)	(4,811,042)	(30,676,047)	(58,113,528)
Posição líquida	**3,765,881**	**3,199,476**	**2,681,935**	**10,411,217**	**20,058,509**
2019					
Reexpresso					
0 a 60 dias	2,357,980	125,095	228,724	2,050,912	4,762,711
60 a 120 dias	1,176,204	1,816,068	192,465	3,095,935	6,280,672
120 a 180 dias	3,134,257	1,785,475	384,298	3,818,928	9,122,958
Mais de 180 dias	15,627,099	33,383	5,927,062	27,829,651	49,417,195
Total	**22,295,540**	**3,760,021**	**6,732,549**	**36,795,426**	**69,583,536**
Imparidade	(19,155,388)	(2,311,797)	(6,368,699)	(26,009,581)	(53,845,465)
Posição líquida	**3,140,152**	**1,448,224**	**363,850**	**10,785,845**	**15,738,071**

A reexpressão dos comparativos da rubrica de Clientes deve-se a reversão do excesso de estimativa de imparidade no valor de 8.494.028 meticais criada em 2018 e com impacto positivo nos resultados de 2019.

29.6 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Empresa não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e exfluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo da empresa é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, locações financeiras, e as receitas. Em 31 de Dezembro a entidade encontrava-se exposta as seguintes obrigações:

2020	**Até 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Provisões	142,087,388	568,349,552	769,307,575	1,479,744,515
Fornecedores	8,789,361	-	-	8,789,361
Empréstimos obtidos	1,752,245	23,530,397	-	25,282,642
Outros passivos financeiros	82,061,043	-	-	82,061,043
Outras contas a pagar	64,823,514	-	-	64,823,514
	299,513,551	**591,879,949**	**769,307,575**	**1,660,701,075**

2019 Reexpresso	**Até 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Mais de 5anos**	**Total**
Provisões	136,225,718	544,902,872	802,661,853	1,483,790,443
Fornecedores	20,168,881	-	-	20,168,881
Empréstimos obtidos	29,901,000	-	-	29,901,000
Outros passivos financeiros	68,081,187	-	-	68,081,187
Outras contas a pagar	39,620,132	-	-	39,620,132
	293,996,918	**544,902,872**	**802,661,853**	**1,641,561,643**

A reexpressão dos comparativos da rubrica de Fornecedores no valor de 74,900,714 meticais esta relacionado com os seguintes ajustamentos:

(i) Saneamento da divida da Tmcel no valor 19,397,213 meticais com impacto na redução do saldo da rubrica de fornecedores em 2019;

(ii) Saneamento da divida da EDM no valor de 71,350,194 meticais com impacto na redução do saldo da rubrica de fornecedores em 2019; e

(iii) Diversas despesas não registadas no valor de 15,846,693 meticais com impacto no aumento do saldo da rubrica de fornecedores em 2019.

30. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

30.1 Processos judiciais

Não existem processos judiciais pendentes.

30.2 Compromisso de investimentos de capital

Não existem compromissos de investimentos de capital na data do balanço.

30.3 Impostos

Devido ao problema de tesouraria que empresa enfrenta há mais de dois anos desde que o governo reduziu o valor do subsidio à exploração, foi autorizado pelas Autoridades Fiscais em Março de 2021 a amortização da divida acumulada de IRPS no valor de 42,795,627 meticais em 60 prestações mensais.

31. REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAIS

Os saldos inicias foram reexpressos em virtude de ter sido efectuados diversos ajustamentos no montante de 83,394,742 meticais relativos a:

(i) Saneamento da divida da Tmcel no valor 19,397,213 meticais com impacto positivo nos resultados de 2019;

(ii) Saneamento da divida da EDM no valor de 71,350,194 meticais com impacto positivo nos resultados de 2019 por pagamento encontro de contas via taxa de radiodifusão;

(iii) Diversas despesas não registadas no valor de 15,846,693 meticais com impacto negativo nos resultados de 2019; e

(iv) Excesso de estimativa de imparidade de clientes no valor de 8.494.028 meticais com impacto positivo nos resultados de 2019.

Assim, notou-se alteração nas seguintes rubricas.

	31/12/2019		
	Saldo após reexpressão	**Ajustamentos**	**Saldo Antes da reexpressão**
Efeito na Demonstração de resultados			
Outros rendimentos e ganhos operacionais	836,892,287	90,747,407	746,144,881
Fornecimentos e serviços de terceiros	(177,372,298)	(15,846,693)	(161,525,605)
Ajustamento de contas a receber	8,494,028	8,494,028	-
Resultado líquido do exercício	**668,014,017**	**83,394,742**	**584,619,276**
Efeito no Balanco			
Clientes	15,738,072	8,494,028	7,244,044
Total do activo	**15,738,072**	**8,494,028**	**7,244,044**
Fornecedores	20,168,881	(74,900,714)	95,069,595
Total do passivo	**20,168,881**	**(74,900,714)**	**95,069,595**
Efeito nos fluxos de caixa			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício	**132,672,996**	**83,394,742**	**49,278,254**
Aumento de clientes	(11,607,303)	(8,494,028)	(3,113,275)
Diminuição de fornecedores	(112,475,003)	(74,900,714)	(37,574,289)

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer factos ou eventos subsequentes a esta data que influenciem a adequada leitura e interpretação destas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras de 2020

A 29 de Abril de 2021, o Conselho Fiscal reuniu-se para apreciação das Demonstrações Financeiras da Rádio Moçambique, E.P., para o ano de 2020. Da análise feita, expõe-se o seguinte:

- As Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Plano Geral de Contabilidade para as Medias e Grandes Empresas, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), e reflectem a real situação financeira da Empresa Rádio de Moçambique, E.P., em 31 de Dezembro de 2020;

- O Conselho Fiscal realça as Reservas do Parecer da auditoria independente a cargo da empresa WBK - Sociedade de Auditores Certificados, Lda, e, sendo esta questão recorrente, recomenda ao Conselho de Administração a transparência nos custos associados a taxa de rádiodifusão nas Demonstrações Financeiras.

- Recomenda-se o esforço no aumento e diversificação das receitas próprias da Rádio Moçambique, por forma a reduzir gradualmente a dependência do Subsídio do Estado.

- O Conselho Fiscal, tendo presente os enormes desafios que o ramo de actividade enfrenta pelas constantes mudanças da conjuntura actual, manifesta o seu louvor pelo esforço empreendido pelo Conselho de Administração na gestão da Empresa, estendendo a todos os trabalhadores que pela sua dedicação e empenho têm contribuído para os resultados alcançados, e propõe que as as Demonstrações Financeiras de 2020 sejam aprovadas com reservas devido aos fundamentos levantados pela auditoria independente.

Maputo, aos 29 deApril de 2021

O Conselho Fiscal

Henrique Álvaro Cepeda Gamito (Presidente)

Gisela Sucá Steytler (vogal)

RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

No dia três do mês de Maio de dois mil e vinte, pelas dez horas, reuniu no Hotel Southern Sun, sita na Avenida Marginal, N° 4016, na Cidade de Maputo, a Assembleia Geral Ordinária da Rádio Moçambique, Empresa Pública, criada ao abrigo do Decreto - Lei nº 16/75, de 2 de Outubro, constituída e regulada ao abrigo do direito moçambicano, com o capital estatutário de 36.606.783.000,00 (Meticais), doravante designada por "Rádio Moçambique", ou "Empresa".----------

A sessão foi presidida pelo Senhor Delfim de Deus Júnior e secretariada pelo Senhor Augusto Bacar, na qualidade de Presidente "*Ad-hoc*" e Secretário "*Ad-hoc*" da Mesa da Assembleia Geral, respectivamente.----------

Conforme as credenciais que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral analisou e ordenou que fossem arquivadas na pasta de documentos da assembleia geral, encontrava-se devidamente representado o detentor da totalidade do capital estatutário da empresa, o Estado Moçambicano, representado pela Exma. Senhora Ana Isabel Senda Coanai, Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE).----------

O orgão de tutela sectorial, o GABINFO, esteve representado pela Exma. Senhora Silvia Nhaowate, Chefe do Departamento Jurídico do GABINFO.----------

O Conselho Fiscal foi representado pelo respectivo Presidente, o Exmo. Senhor Henrique Gamito.----------

Estiveram também presentes, na qualidade de convidados, os Exmos. Senhores Abdul Naguibo, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Moçambique, E.P, os Administradores e Directores da empresa. Foram também convidados do IGEPE, Directores e Técnicos.----------

A sessão obedeceu à seguinte ordem de trabalhos:----------

1. Leitura da acta da sessão anterior;----------
2. Apreciação do ponto de situação da implementação das deliberações anteriores;------
3. Apreciação e deliberação sobre o relatório e contas do exercício económico de 2020, bem como parecer do Conselho Fiscal;----------

4. Apreciação e deliberação sobre a proposta de aplicação dos resultados;----------
---
5. Eleição dos membros do Conselho Fiscal;----------
---
6. Informação sobre o processo das promoções;----------
---
7. Apreciação e deliberação sobre outros assuntos de interesse para a empresa.---------
---

Após a abertura da sessão e apresentação da proposta de agenda, o Presidente do Conselho de Administração da Rádio Moçambique, E.P., solicitou o acréscimo de um ponto relativo a avaliação do edifício para o novo Centro de Produção da Cidade da Beira. Por outro lado, a Senhora PCA do IGEPE sugeriu a alteração da ordem dos pontos de agenda. Estas propostas foram prontamente aceites, tendo a agenda de trabalhos passado a obedecer a seguinte ordem:----------
---

1. Leitura da acta da sessão anterior;----------
---
2. Apreciação do ponto de situação da implementação das deliberações das sessões anteriores;----------
---
3. Informação sobre a avaliação do edificio para novo Centro de Produção da Cidade da Beira;----------
---
4. Apreciação e deliberação sobre o relatório e contas do exercício económico de 2020, bem como parecer do Conselho Fiscal;----------
---
5. Apreciação e deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;----------
---
6. Eleição dos membros do Conselho Fiscal;----------
---
7. Informação sobre o processo das promoções;----------
---
8. Apreciação e deliberação sobre outros assuntos de interesse para a empresa.---------
---

Ponto Um: Leitura da acta da sessão anterior.----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, submeteu para apreciação a acta da sessão anterior, tendo a mesma sido aprovada.----------
---

Ponto Dois: Apreciação do ponto de situação da implementação das deliberações anteriores.----------
---

Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração da Rádio Moçambique, E.P., fez a apresentação das deliberações anteriores com destaque para as seguintes actividades em curso: (i) a realização de um estudo para analisar o impacto no processo das Taxas de Radiodifusão; (ii) a revisão da política para atribuição das

comissões parece que não faz sentido nesta frase; (iii) a criação da figura de angariadores de receitas que sejam remuneradas em função das metas realizadas, por forma a evitar o pagamento das comissões aos trabalhadores da empresa; (iv) a preparação da informação referente à empresa FLEX PRODUÇÕES. Foram também apresentadas algumas actividades concluídas, nomeadamente: (i) a análise em separado das actividades de cada Pelouro; (ii) a identificação das actividades que serão do contrato programa e os respectivos Orçamentos; (iii) a introdução no Pelouro de Produção e Transmissão de todas as actividades que fazem parte do Contrato-Programa e respectivo Orçamento; (iv) a elaboração de um modelo que facilite a operacionalização do Regulamento de Contratações; (v) o envio de uma carta ao IGEPE, a solicitar apoio para a materialização do projecto de reabilitação Centro de Produção da Cidade da Beira.----------

Ponto Três: Informação sobre avaliação do edificio para novo Centro de Produção da Cidade da Beira.----------

O Director de Estudos, o Senhor José da Fonseca Bolacha, fez apresentação do documento, tendo iniciado por descrever o estado de conservação do edifício, nomeadamente: (i) paredes com infiltração provocada pelas águas do esgoto; (ii) cheiro nauseabundo que torna o ambiente insalubre e sem condições para permanência humana; (iii) degradação da rede eléctrica que tem provocado curto-circuitos recorrentes e choque eléctrico no contacto com as paredes; (iv) ambiente que constitui um atentado à saúde pública com risco para doenças respiratórias; (v) infiltração nos estúdios que compromete a sonorização. Disse ainda que a equipa de trabalho realizou as seguintes actividades: (i) visita às duas instalações; (ii) levantamento preliminar das condições infra-estruturais dos edifícios; (iii) confrontação das plantas com a estrutura física; (iv) levantamento das necessidades imediatas da Rádio; (v) distribuição funcional dos compartimentos à realidade de um Centro de Produção.----------

Prosseguindo, referiu que foram visitadas duas instalações que constituíram objecto de análise ambas localizadas na Baixa da Cidade da Beira, nomeadamente o 4º andar do edifício sede da TMCel e 1º andar do antigo edifício das TDM. O 4º andar do edifício sede da TMCel, está localizado na Rua Major Serpa Pinto, é um espaço aberto e irregular, não apresenta nenhuma subdivisão, tem capacidade para acomodar cerca de 36 pessoas, a considerar como referência, um dos andares similares, o edifício é novo e encontram-se em bom estado de conservação. Por outro lado, o 1º andar do antigo edifício das TDM, localiza-se entre as Ruas General Machado e Major Serpa Pinto, comporta cerca de 25 compartimentos (entre gabinetes e espaços de serviços) 06 WC's. Oedifício está subdividido em três blocos, está desocupado e em bom estado, contudo, carece de uma manutenção aos danos causados pelos ciclones que assolaram a cidade. Em termos da avaliação das instalações, a equipa elegeu o edifício da TDM, pela facilidade de implantação imediata, existência de compartimentos suficientes e não haverá necessidade de implantação de paredes.----------

Para terminar, a equipa recomendou: que fosse feito o levantamento minucioso para identificação e quantificação dos trabalhos a realizar e estimativa de custos da obra; o lançamento de concurso por cotações, uma vez que as actividades permitem o faseamento em exercícios económicos distintos; a estimativa do tempo dos vários processos, incluindo a obra para acções de mitigação temporária no Centro de Produção actual. Do levantamento feito, concluiu-se que: (i) existem condições para a implantação no 1º andar; (ii) o piso agrega

todo pessoal e serviços; (iii) permite o faseamento das obras com todo pessoal instalado; (iv) urge acelerar o processo de transferência, sob pena do colapso das condições de trabalho.-

---

De seguida, o Presidente do Conselho de Administração da Rádio Moçambique, E.P, referiu que o actual Centro de Produção estava a ter uma degradação progressiva, agradeceu o apoio dado pelo accionista e reiterou que a intervenção deveria ser feita com maior brevidade possível.----------

---

A Senhora PCA do IGEPE procurou saber qual era a dimensão do espaço que seria ocupado e o respectivo orçamento. Em resposta foi dito que o orçamento estava abaixo de 1 milhão de meticais.----------

---

Terminada a apreciação em relação ao ponto em análise, o accionista aprovou a proposta apresentada e garantiu que o projecto iria se materializar e que também iria negociar com a Tmcel para a cedência das instalações.----------

---

Ponto Quatro: Apreciação e deliberação sobre o relatório e contas do exercício económico de 2020, bem como do parecer do Conselho Fiscal.----------

---

O relatório e contas do exercício económico de 2020 foi apresentado pela Administradora Virgínia Dombo, que referiu que o ano de 2020 foi atípico, por causa dos ataques armados na zona centro, o terrorismo em Cabo Delgado e a pandemia da Covid-19. Estas adversidades condicionaram o desenvolvimento-económico3 do nosso país. Ela acrescentou que a crise assolou grande parte das actividades da empresa, o que levou a implementação de algumas medidas, com destaque para: (i) a concepção de vários programas educativos para disseminação de medidas de prevençãoda covid 19; (ii) a automatização da programação com a utilização de plataformas digitais e adopção do sistema de teletrabalho; (iii) a implementação do sistema de rotatividade, com vista a redução da presença humana nas instalações da empresa sem afectar a realização das tarefas planificadas. o Estas medidas levaram à mudança de postura de alguns funcionários e a empresa viu-se obrigada a potenciar a sua capacidade tecnológica e o consequente abandono do modelo tradicional de produção e transmissão de programas.----------

---

Prosseguindo, a Administradora Virgínia disse que ao longo do ano de dois mil e vinte, o Conselho de Administração teve como principais realizações: (i) a aprovação do Regulamento Interno da empresa; (ii) a aprovação da nova tabela de ajudas de custo; (iii) a aprovação da nova Grelha de Programas; (iv) a activação das promoções referentes aos anos dois mil e dezasseis a dois mil e vinte; (v) a reunião do XXV Conselho Consultivo, com um número reduzido de participantes, em cumprimento às medidas do estado de emergência. Relativamente ao Pelouro da Produção destacam-se as seguintes actividades: (i) a cobertura e seguimento da implantação dos órgãos saídos das eleições de dez de Outubro de dois mil e dezanove; (ii) a cobertura em directo de mais de cem Realizações de Iniciativa Presidencial; (iii) a produção de mais de cem Compactos sobre Realizações de Iniciativa Presidencial; (iv) a produção de onze reportagens temáticas, intituladas "Moçambique: Desafios do Presente e do Futuro", em torno das visitas presidenciais, e igual número de debates no "Linha Directa"; (v) cobertura em directo das sessões do Conselho de Ministros e Assembleia da República. No que toca à área Comercial e Finanças, foram destacadas as seguintes actividades: (i) a celebração de parcerias com os bancos: FNB, Barclays e Moza Banco, interessados em

trabalhar com a taxa da radiodifusão; (ii) a implementação do novo Sistema de Cobrança da Taxa (Fase Experimental no Posto de Cobrança da Sede e nas secretarias dos Emissores Provinciais de Gaza e Inhambane); (iii) a elaboração de um memorando de entendimento com o INATTER, para a cobrança da Taxa nos Centros de Inspecção Periódica de Veículos, a entrar em vigor em 2021; (iv) o melhoramento de cobranças aos clientes.----------

---

Prosseguindo, ela apresentou alguns constrangimentos que afectaram a actividade da empresa, com destaque para: (i) a pandemia do Coronavírus que condicionou a agenda informativa e o trabalho da Direcção de Informação, tendo forçado a suspensão de programas, para dar mais tempo à divulgação de conteúdos sobre a prevenção da doença; (ii) o decréscimo na receita proveniente da Taxa vinheta na ordem de 3%; (iii) a falta de uma base de dados relativos à facturação da EDM, para aferir a integridade dos valores recebidos relativos à taxa de radiodifusão; (iv) a elevada despesa com pessoal na estrutura de custos da empresa; (v) dívidas com terceiros e impostos. Citou ainda alguns desafios como sendo: (i) a transferência dos Reformados/Pensionistas para o INPS; (ii) o desenho da estratégia para um plano de saúde ou introdução de melhorias no Regulamento de Assistência Médica existente; (iii) a elaboração de um plano de sucessão, com vista a evitar situações de prorrogações de tempo de serviço; (iv) Busca de soluções para o centro de produção da Beira, que se encontra em avançado estado de degradação.----------

---

Para terminar, referiu que a empresa tem como fontes de financiamento os subsídios ao deficit de exploração, as receitas consignadas de taxa de radiodifusão e as receitas próprias (anúncios e publicidade, amplificação sonora, gravações, programas e outros). E que não obstante os efeitos adversos, a empresa procurou readaptar-se à nova realidade, transformando os desafios da COVID-19, em oportunidade para gerar receitas, tendo resultado num crescimento nas receitas próprias na ordem 127,3 milhões de meticais, correspondentes a cerca de 88% comparativamente ao ano de dois mil e dezanove. Os subsídios ao deficit de exploração e receitas consignadas foram de 366,8 milhões de meticais, e incluem o montante de 9,8 milhões de meticais injectados pelo IGEPE, como comparticipação para as promoções. Em termos globais, esta rubrica registou um aumento na ordem de 2%, que impactaram positivamente no resultado operacional obtido, conforme ilustra o mapa acima. Em termos de estrutura dos custos, a empresa continuou a desenvolver um conjunto de medidas no âmbito das recomendações na última Assembleia Geral, atinentes à contenção de custos, optimizando todo o seu potencial para cumprir as tarefas planificadas. Neste contexto, os custos de estrutura foram segmentados em dois grupos nomeadamente, custos com pessoal e custos com fornecimentos e serviços. O resultado líquido da empresa foi de 135,5 milhões de meticais, contra os 132,6 milhões de meticais, de dois mil e dezanove, expressos pelo saneamento das dívidas da TMCEL e EDM, gerando uma variação positiva de resultados de 2,8 milhões de meticais, que representa um crescimento na ordem de 2%.----------

---

De seguida, o Senhor Henrique Gamito, Presidente do Conselho Fiscal, apresentou o parecer deste órgão, referindo-se sobre as reservas da auditoria independente relativas à cobrança da taxa de radiodifusão. Recomendou ao Conselho de Administração a envidar-se esforços para o aumento e diversificação das receitas próprias, por forma a reduzir-se gradualmente a dependência do subsídio do Estado e que se definisse uma politica de redução dos custos da empresa. ----------

---

A Senhora Sílvia Nhadwate, representante da tutela sectorial, sugeriu que se resolvesse com muita brevidade a questão da cobrança da taxa da radiodifusão que constituiu reserva do auditor independente.----------

---

A Senhora Choi Lin Wa, Chefe de Departamento no IGEPE, pediu esclarecimentos sobre o crescimento dos gastos com o pessoal no valor de seis milhões de meticais. Recomendou que se reduzissem os custos com serviços de terceiros, tendo em conta que se registou um aumento em cerca de 27%. Em relação as vendas, procurou saber qual era o peso dos custos totais e qual era o plano de acção da empresa para resolver a reserva apresentada pelo auditor independente.----------

---

A Senhora PCA do IGEPE manifestou a sua satisfação pelo esforço empreendido pelo Conselho de Administração na gestão da empresa para o alcance dos resultados positivos. Referiu ser necessário reduzir os custos com o pessoal através passagem dos trabalhadores para o Instituto de Previdência Social., questionou sobre os pagamentos das comissões, se inclui ou não colaboradores da empresa A Senhora PCA do IGEPE.----------

---

Na sua intervenção, o Presidente do Conselho de Administração da Rádio Moçambique, E.P referiu que normalmente surge porque os clientes que viabilizam os trabalhos para a RM solicitam estes pagamentos e este problema seria resolvido quando a nova empresa de eventos entrar em funcionamento. Estes pagamentos também eram vistos como uma estratégia de estimulo para a empresa angariar mais clientes. Por seu turno, a Senhora PCA do IGEPE disse que estava em processo de consolidação das contas das empresas do Sector Empresarial e que iria verificar como tratar o assunto do subsidio de exploração versus pagamento do IRPC sobre os valores recebidos do Estado----------

---

Terminada a discussão em relação ao ponto em análise, o accionista aprovou o relatório e contas do exercício económico de dois mil e vinte bem como o parecer do Conselho Fiscal.-

---

Ponto Cinco: Apreciação e deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados.--

---

Passando ao ponto cinco da ordem de trabalhos, o accionista aprovou a proposta apresentada pelo Conselho de Administração de transitar o resultado liquido do exercício para resultados transitados.----------

---

Ponto Seis: Eleição dos membros do Conselho Fiscal.----------

---

Passando ao ponto seis da ordem de trabalhos, a Senhora PCA do IGEPE disse que este ponto não seria apreciado naquela sessão da assembleia geral porque o processo estava a ser analisado e posteriormente o accionista iria informar o seu posicionamento em relação a matéria.----------

---

Ponto Sete: Informação sobre o processo das promoções.----------

---

O Director dos Recursos Humanos, o Senhor Vicente Banze, fez a apresentação tendo referido que os custos iniciais do levantamento feito para as promoções de 2016 a 2020, para cerca de 631 candidatos, foi de 3,2 milhões de MT, e que deste montante foram gastos cerca de 2,9milhões de MT, para a promoção de 578 candidatos correspondes a 92.14% do valor

projectado. Para o o ano de dois mil e vinte e um, havendo disponibilidade financeira o valor anual seria de 2,8 milhões de MT.----------

---

A Senhora PCA do IGEPE disse que o custo destas promoções poderia criar constrangimentos à tesouraria da a empresa se considerarem os outros custos como os salários dos trabalhadores. Recomendou para que se fizesse a inscrição do valor no orçamento, bem como o número de trabalhadores que iram para a reforma e em progressão.-

---

Por sua vez o Senhor Henrique Gamito disse ser importante fazer-se referência aos impactos anuais e também fazer a projeccão progressão para os próximos três anos.----------

---

Ponto Sete: Apreciação e deliberação sobre outros assuntos de interesse para a empresa.----------

---

Para este ponto não foram apresentados assuntos a discutir, tendo a reunião sido encerrada pelas doze horas e vinte e quatro minutos, pelo que foi elaborada a presente acta a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral.----------

---

Delfim de Deus Junior
(Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

Augusto Bacar
(Secretário da Mesa da Assembleia Geral)